

Filosofia brasileira e ensino de filosofia

Renata Paiva Cesar

> **Filosofia brasileira**

Quando falamos em ‘filosofia brasileira’, mesmo no âmbito acadêmico, ainda há muita estranheza. São poucos os estudos desta temática e a própria formação em filosofia não faz menção direta a isso. No Brasil, em grande parte das graduações em filosofia, o que temos é o estudo de nomes e sistemas filosóficos estrangeiros, considerados clássicos, que priorizam a filosofia que se desenvolveu em países europeus.

O objetivo deste trabalho não é desqualificar as produções filosóficas estrangeiras, mas discutir as razões de tamanha estranheza e até de recusa em debater no Brasil o pensamento filosófico nacional.

Na obra “**CRÍTICA DA RAZÃO TUPINIQUIM**”, de 1977, Roberto Gomes fez duras críticas à filosofia brasileira, afirmando que faltavam personalidade e originalidade no pensamento nacional, o qual, segundo ele, se baseou em modelos estrangeiros, revelando nossa dependência.

O que nos leva a considerar a existência de uma filosofia brasileira, francesa ou alemã? Como podemos fazer referência a uma filosofia legitimamente brasileira?

Antes de prosseguirmos com a discussão sobre a filosofia brasileira é necessário fazer uma breve explicação sobre o que se entende por filosofia, pois essa noção é fundamental para sabermos se um país possui ou não uma filosofia própria. Alguns estudiosos entendem a filosofia apenas como um sistema teórico, ou seja, um conjunto de ideias coerentes e articuladas. Para nós, no entanto, a filosofia é uma forma de interpretar a realidade, que nos ajuda a analisar criticamente o mundo em que vivemos, podendo ser considerada a expressão da consciência de um povo.

Na tentativa de fazermos referência a uma filosofia genuinamente brasileira, recorreremos a Gerd Bornheim em seu texto “**SOBRE A POSSIBILIDADE DOS ALARGAMENTOS**”. Por meio da obra de Luiz Alberto Cerqueira, “**FILOSOFIA BRASILEIRA: ONTOGÊNESE DA CONSCIÊNCIA DE SI**”, Bornheim vislumbra o alargamento a que se refere o título de seu texto, acreditando ser possível propor uma nova metodologia para avaliar o fenômeno da filosofia no Brasil.

Atualmente, no ensino de filosofia, o método de análise mais usado é o que considera a Europa como o grande centro de ideias filosóficas. Diante disso, o restante do pensamento filosófico

mundial torna-se mera interpretação da filosofia europeia. Contudo, Cerqueira (2002) afirma que *“Sempre se pode atestar com rigor que existe filosofia brasileira – assim como existem a filosofia alemã, a filosofia francesa, a filosofia portuguesa, etc. – se e na medida em que a visão de filosofia de um problema pressupõe a consciência de si no interior de uma certa cultura.”*

O problema que se coloca é de cunho metodológico e, deste modo, devemos partir do que afirmou Bornheim sobre a necessidade de um “alargamento”, de uma nova perspectiva de análise que respeite as especificidades de cada país. O desenvolvimento das ideias na França, por exemplo, ocorreu de forma diferente do que ocorreu no Brasil. As ideias desenvolvidas nos dois países basearam-se em contextos culturais distintos e em momentos diferentes, por isso, ambas são válidas.

A proposta de Cerqueira é a de realizar uma investigação baseada em referenciais particulares do nosso povo, a fim de nos levar a entender de que forma a filosofia está presente no Brasil, isto é, identificar uma filosofia brasileira a partir do desenvolvimento da consciência de si, do desenvolvimento de nossa identidade nacional.

A modernização e emancipação cultural no Brasil se deram a partir da ruptura com a tradição portuguesa. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) avaliou a emancipação cultural brasileira a partir de *“um estudo crítico da situação do Brasil desde sua origem colonial em torno da ideia de filosofia como razão concreta e histórica, isto é, a filosofia como sendo a autoconsciência do sujeito entendido como povo e não apenas como razão universal”* (CERQUEIRA, p.14, 2002). Deste modo, a modernização teria influenciado diretamente a construção de nossa identidade nacional.

A modernização no Brasil no século XIX e o desenvolvimento da visão de si mesmo gerou a necessidade de substituição da conversão religiosa, culminando no surgimento da filosofia no país e rompendo com a tradição filosófica portuguesa, particularmente o aristotelismo de origem escolástica.

Ao longo do século XIX, houve uma mudança de princípios na cultura brasileira. Não foi uma mudança epistemológica, como a que ocorreu na Europa no século XVII, foi uma mudança no âmbito da estética, iniciada com o modernismo . Com a mudança, a cultura brasileira passou a se basear na inteligência e na liberdade. De acordo com Cerqueira, Gonçalves de Magalhães e Tobias Barreto tiveram papéis preponderantes na emancipação cultural brasileira, pois construíram o núcleo essencial da filosofia brasileira do século XIX.

Posteriormente, no século XX, Miguel Reale realizou um trabalho importante buscando eliminar da historiografia filosófica brasileira o princípio de dependência.

Na Europa a filosofia surgiu como consequência de uma ruptura epistemológica. No Brasil, ela surgiu a partir de uma ruptura cultural, desencadeada no âmbito da literatura. Com essa ruptura,

houve um despertar de uma atitude filosófica brasileira. Como exemplo, podemos citar Machado de Assis, que interpretava nossa realidade por intermédio da ironia.

O ensino de filosofia no Brasil

Atualmente, o ensino de filosofia no Brasil, em especial na rede pública (nível médio), nos leva a acreditar que nunca houve produções filosóficas brasileiras. Boa parte do material didático utilizado nas aulas, por exemplo, pouco faz menção aos filósofos brasileiros. Muitos alunos e profissionais se espantam quando ouvem a expressão “filosofia brasileira”, o que revela um profundo desconhecimento sobre a cultura e história do próprio país.

Historicamente, a inserção da filosofia como disciplina escolar no Brasil apresentou grandes problemas e, muitas vezes, ela se tornou mera interpretação e reprodução de ideias alheias à realidade nacional.

O ensino de filosofia se desenvolveu sem valorizar a nossa própria produção cultural, nos levando a acreditar na inexistência de um pensamento brasileiro e até em uma impossibilidade de se fazer filosofia em nosso país.

O Brasil, quando colônia, sofria fortes influências do pensamento português. A população da metrópole era um misto de cristãos, judeus e árabes, cada um com suas próprias concepções de mundo, de valores e com interesses diferentes. A filosofia nesse período era privilégio dos senhores ricos e ilustrados, como o colono branco que aqui chegou e se instalou como classe dominante da colônia, reproduzindo hábitos aristocráticos da classe dirigente da metrópole.

Nos séculos XVI e XVII, depois do ciclo do café no Brasil, Portugal entrou em decadência econômica. A situação foi agravada pelo ‘atraso’ cultural em que o país se encontrava, assim como pelo fanatismo religioso. Nesse momento começam a chegar ao Brasil as ideias políticas e filosóficas oriundas da França, o que influenciou intelectuais brasileiros e despertou neles uma vontade de independência política.

A filosofia nessa época pretendia ultrapassar as ideias da escolástica, era uma mistura de cartesianismo não tão metafísico e empirismo britânico. Essas ideias eram difundidas pela Enciclopédia, em 1750 a 1780, editada por Diderot e a’Alembert: *“as ideias dos enciclopedistas revolucionaram os meios intelectuais e religiosos da época, pois repudiavam todas as orientações teológicas precedentes; já não aceitavam a revelação como fonte de verdade, pois a razão passa a ser a única fonte de conhecimento”* (CARTOLANO, p.24).

As ideias do século XVII, como as iluministas, as da filosofia moderna, as do cartesianismo, as da revolução científica, começaram a penetrar em Portugal e a iniciar um combate às doutrinas jesuítas. As aulas de filosofia até então seguiam a rigidez da lógica dos jesuítas, mas foram substituídas por livros e doutrinas mais recentes.

A ruptura com Portugal gerou um clima de entusiasmo em que as ideias alemãs, inglesas e francesas, por exemplo, passaram a ser um modelo seguido por muitos intelectuais brasileiros. O conteúdo dos cursos de filosofia foi impregnado por um espírito humanístico e universalista, já que naquele contexto cultural e político as influências do ecletismo francês inspiravam intelectuais que afirmavam que a filosofia era uma aliada da religião e de todo o ecletismo.

Nesse contexto, o ensino de filosofia no Brasil passou por diversas reformas. Em 1932, com a Reforma Campos, o ensino de filosofia transforma-se em ensino de lógica. Dez anos mais tarde, com a Reforma Capanema, o ensino permanecia com o caráter elitista e enciclopédico e o ensino de filosofia vai sendo deixado de lado, passando por um processo de extinção como disciplina obrigatória.

Em 1964 o golpe político militar abriu novo espaço para a *“penetração norte-americana em nossa economia e política”* (Cartolano, p. 68, 1985). A intervenção norte-americana visava à modernização tecnológica e burocrática da sociedade brasileira, *“a educação estava marcadamente a serviço dos interesses econômicos”* (Cartolano, p. 69, 1985), havia agora uma concepção empresarialista de educação.

Paulatinamente a disciplina de filosofia foi se extinguindo do currículo da escola secundária, *“sem poder atender aos objetivos tecnicistas e burocráticos da nova organização do ensino, a filosofia, assim como a psicologia e a sociologia foram expurgadas do currículo: a história e a geografia foram ‘integradas’ nos ‘estudos sociais’, constituindo-se numa área de estudos à qual se juntaram, ainda, por motivos óbvios, a organização social e política e a educação moral e cívica”* (Cartolano, p. 73 1985). Nota-se que: *“o pensar crítico e transformador característico da atividade filosófica constituía uma ameaça ao poder e à ordem vigentes, à medida que se propunha formar consciências que refletissem sobre os problemas reais da sociedade. Nesse sentido, procurou-se aniquilar essa atividade reflexiva, substituindo-se por outra de caráter mais catequista e ideológico, a nível político”* (Cartolano, p. 74 1985).

Desde o final do regime militar e também antes, durante as reformas educacionais, houve diversas mobilizações de educadores e de filósofos em prol da volta da filosofia no ensino secundário. Essas mobilizações resultaram no artigo 36 da lei nº 9394/96 que determinava que ao final do ensino médio, os estudantes deveriam dominar os conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.

O ensino de filosofia no Brasil sempre foi problemático, já que não se reconhecia no país uma sólida tradição filosófica; a filosofia ensinada pautava-se pela filosofia estrangeira o que não atendia às necessidades da realidade brasileira, apenas uma parcela da sociedade, a elite, adequava a filosofia europeia aos seus interesses. No entanto, a LEI Nº 11683/2008, que se encontra em um processo gradual de implementação, modificou o ARTIGO 36 DA LDB/96 e inclui Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias nos três anos de ensino médio.

› **Filosofia como disciplina**

A filosofia como disciplina pouco atendeu às necessidades brasileiras reais. Em grande parte teve caráter apenas de interpretação e reprodução de ideias exteriores ao Brasil em razão da ausência de reconhecimento de uma filosofia brasileira, que impossibilitou o contato com o pensamento brasileiro e até mesmo com novas produções.

Ao falarmos de ensino de filosofia devemos estar atentos a alguns pontos, como nos alerta Silvio Gallo. Primeiramente ele nos orienta a mantermos sempre a atenção “ao filosofar como ato/processo”, pois tratam-se de conteúdos vivos, os conteúdos que devem ser transmitidos, mas também deve-se transmitir o processo de produção filosófica, “*assim, ensinar filosofia é ensinar o ato, o processo de filosofar*” (Gallo, p.16, 2007). O segundo alerta refere-se à atenção à história da filosofia, tal história não pode ser ignorada, pois para que os alunos possam aprender o ato de filosofar, é necessário que conheçam a história da filosofia, deste modo, faz parte do ensino de filosofia ensinar a história da filosofia e acreditamos que isso incluiria ensinar a filosofia brasileira. O terceiro alerta refere-se à criatividade. Ao mesmo tempo em que precisamos da história da filosofia, precisamos recusá-la, negá-la, não em absoluto, mas de uma maneira determinada, que nos permita pensar o novo, vislumbrar novas possibilidades.

Além desses três alertas, devemos considerar também a estreita relação entre conteúdo e forma, específicos da filosofia. O ensino de filosofia não pode ser completamente conteudista, porque assim se tornaria meramente uma transmissão de conteúdos, tampouco meramente o desenvolvimento de competências e habilidades, voltando-se apenas à forma. Ao tomar o ensino de filosofia numa única perspectiva, corre-se o risco de ‘desfilosofar’ a aula de filosofia, já que se perderia seu conteúdo específico (Gallo, p. 17, 2007). Diante disso, Gallo conclui que ensinar filosofia “*é um exercício de apelo à diversidade, ao perspectivismo; é um exercício de acesso a questões fundamentais para a existência humana; é um exercício de abertura ao risco, de busca da criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício da pergunta e da desconfiância da resposta fácil*” (Gallo, p. 18, 2007).

Assim, o ensino de filosofia deve envolver tanto a forma como o conteúdo, ou seja, deve contemplar a história da filosofia e desenvolvem as habilidades e as capacidades. Sobre o desenvolvimento de capacidades, podemos citar a proposta lipmaniana, que defende que o ensino de filosofia amplia a capacidade de análise, de leitura e de abstração; induz o sentido do questionamento e do problemático; alarga as técnicas de argumentação e conduz ao desenvolvimento do raciocínio (Lipman, 1990); abre para uma interrogação conceitual (clarificando os conceitos) e uma reflexão racional; instaura uma distância crítica e convida a um regresso reflexivo sobre si e sobre as condições de possibilidade de um pensamento; tem a tarefa de elucidação da nossa relação com o mundo, recolocando as questões de fundo para serem discutidas; além da manutenção do desejo natural do ser humano de conhecer a si mesmo e o mundo; “*a filosofia é formadora no sentido do*

desenvolvimento do homem como ser que busca compreensão, ser que questiona e cria saídas” (ASPIS, p. 318, 1996).

O modo como a nossa sociedade se organiza política e economicamente leva à valorização da técnica em detrimento da humanização. Ainda temos um ensino meramente profissionalizante. Basta observarmos, por exemplo, as vagas de emprego mais disputadas, os cursos de graduação mais procurados nas universidades ou ainda o número de pesquisas em ciências e tecnologias, perceberemos que as ciências humanas não têm muito espaço, já que não respondem diretamente a estas exigências do mercado.

No que se refere à atuação docente, o professor tem de ter clareza a respeito do significado de seu trabalho, da importância da educação, que deve ser, entre outras palavras, a produção de uma consciência verdadeira (ADORNO, 1995). A ideia de formar alunos com pensamento crítico e autônomo, a ideia de emancipação *“precisa ser inserida no pensamento e também na prática educacional”* (ADORNO, p. 143, 1995).

Nesse contexto, podemos afirmar ainda que as aulas de filosofia devem ser produções filosóficas. A leitura é essencial para a atividade filosófica, porém, não deve se limitar à mera interpretações de textos clássicos, a leitura filosófica não se resume à metodologias, deve haver compreensão, interpretação e reflexão, deve-se dialogar com o texto, tornando a leitura produtiva e participativa. Portanto, o ensino de filosofia aos jovens não deve se restringir a história da filosofia (principalmente história da filosofia estrangeira), tampouco aos principais pensamentos de filósofos (também estrangeiros). A filosofia não pode se reduzir a um “saber cadastrado” como afirmou certa vez Celso Favaretto (1996), tem de ser algo que faça sentido para os alunos e assim se torne interessante para eles, deste modo, deve-se partir das inquietações dos alunos. E na busca de compreensão de si e da realidade, valer-se da história da filosofia, o que inclui o pensamento nacional, como chave interpretativa que permita pensar soluções para problemas legítimos, colocados a partir do contexto sociocultural dos alunos.

› **Algumas considerações**

Os estudos sobre a necessidade de vincular o ensino de filosofia no Brasil com a filosofia brasileira, aqui apresentados, estão apenas em seu início. Esta explanação, ainda que breve, buscou inserir a discussão da possibilidade de filosofias nacionais e seu ensino.

Até onde pudemos investigar, o reconhecimento de uma filosofia nacional possibilita a compreensão de ensino de filosofia como produções filosóficas, um pensar sobre a realidade do país e expressão da consciência de si.

Para tal reconhecimento, é necessário proceder com uma metodologia não habitual, que não se concentre em investigar grandes panoramas lineares e abrangentes da história da filosofia, mas concentrar-se em tópicos mais determinados que possam apresentar significação para o entendimento da presença do mundo das ideias em nosso país (Bornheim apud Cerqueira p.9, 2002).

Como afirmou o filósofo brasileiro Miguel Reale, *“ao falar em ‘pensamento brasileiro’, não me anima qualquer prurido nacionalista no sentido de sustentar a originalidade de nossas contribuições no plano espiritual, ou, com menos pretensão, algumas características individualizadoras de nosso pensar nas coordenadas do mundo americano”* (p. 07, 1976), mas busca-se perceber que a filosofia no Brasil se desenvolveu de modo peculiar, o que nos leva a ampliar o sentido do exercício da filosofia entre nós, nos levando a ampliar também a própria noção de ensino de filosofia, ensino este que deve se ajustar a cada realidade, incentivando a criatividade e acompanhando atentamente aos acontecimentos, tornando a sala de aula um espaço de discussão e produções filosóficas.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARANTES, Paulo (org); SILVA, Franklin Leopoldo e; FAVARETTO, Celso; FABRINI, Ricardo; MUCHAIL, Salma T. *A Filosofia e seu Ensino*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ASPIS, Renata Pereira Lima. "O Professor De Filosofia: O Ensino De Filosofia No Ensino Médio Como Experiência Filosófica". Dissertação 2004 (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- BRASIL. Lei n.9394, 20 dez. 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Suplemento do Diário Oficial, Brasília, n.248, de 23 de dezembro de 1996.
- CARTOLANO, Maria T. *Filosofia no ensino de 2º grau*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- CERQUEIRA, L. A. *Filosofia Brasileira Ontogênese da consciência de si*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GALLO, Silvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio. (org). *Filosofia do Ensino de Filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GALLO, Silvio. "A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade". In: SILVEIRA, Renê J.T; GOTO, Roberto (org). *Filosofia no ensino médio: Temas, problemas e propostas*. São Paulo; Loyola, 2007.
- LIPMAN, Matthew. *A Filosofia Vai À Escola*. São Paulo: Summus , 1990.
- REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo , Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.
- SILVA, Flanklin Leopoldo e. *Por que filosofia no segundo grau*. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100010>
Acesso em: 10 de Outubro de 2011.